

A experiência da CARE Brasil com desenvolvimento local



Reduzindo vulnerabilidades e
ampliando a capacidade de
adaptação no litoral sul da Bahia

Resultados e impactos
abril/2010



Os seguintes profissionais participaram da equipe da CARE Brasil no âmbito do programa PROSULBA, de 2007 a 2009:

Marco Aurélio Rodrigues (coordenador), Marinalva Santos (analista de programas), Jamile Pereira Cunha (analista de programas), Tatiane Botelho Cruz (analista de programas), Alex Assis Coutinho (analista de programas), Gyna Cássia (estagiária)

Redação:

Markus Brose – Diretor Executivo

José Claudio Barros – Gerente de Programas

Marco Aurélio Rodrigues – Coordenador Regional

James Allen – Coordenador de Monitoria e Avaliação

Revisão e diagramação: Paulo Pereira de Araujo

Primeira versão

Abril 2010

Fotos:

Equipe regional CARE Brasil

Síntese

A CARE Brasil vem, desde 2002, contribuindo para o desenvolvimento de processos de mudança na região da Costa do Cacau, no litoral sul da Bahia. Com escritório regional localizado em Ilhéus, nossa equipe tem assessorado alguns dos grupos mais vulneráveis dessa região que já conheceu diversos ciclos de produção de riqueza. Riqueza esta que foi acumulada nas mãos de poucas famílias e que ocasionou a exclusão social da maioria da população.

Ao longo desses anos a CARE Brasil introduziu e testou diversas tecnologias sociais com o intuito de apoiar a autonomia de famílias e comunidades que participam do programa. Esse trabalho, que tem como foco a qualificação da cadeia produtiva do cacau, vem sendo desenvolvido em articulação com diversas organizações sociais, públicas e privadas.

Entre os grupos mais vulneráveis do litoral sul da Bahia, encontramos um grande número de famílias de antigos trabalhadores rurais e migrantes da periferia urbana que tiveram acesso a terra graças ao processo de reforma agrária executado durante os anos 1990. Essa política federal de inclusão social está promovendo ativamente a modificação da estrutura social da região, contribuindo para criar, pela primeira vez em nossa história, a classe social dos agricultores afro-descendentes.

Tendo em vista, porém, as crescentes demandas sociais e as limitações das políticas públicas, a contribuição da reforma agrária em muitos locais ficou resumida à distribuição da terra, similar a uma política habitacional adaptada ao meio rural, deixando para a iniciativa das próprias famílias ou das organizações que as assessoram os esforços adicionais a favor da segurança alimentar e hídrica, alfabetização e inclusão educacional, diversificação da renda, acesso aos mercados, adequação à legislação ambiental, acesso aos operadores da justiça, recuperação e manutenção das estradas vicinais, etc.

Na sua primeira fase, de 2002 a 2003, o Prosulba – Programa Sul da Bahia tratou do diagnóstico da realidade local. Na segunda fase, no período de 2004 a 2006, a prioridade esteve no apoio às iniciativas de alguns dos grupos mais vulneráveis da região (pescadores artesanais, agricultores familiares, assentados afro-descendentes, povos indígenas e mulheres empreendedoras).

A terceira fase do Prosulba, de 2007 a 2009, foi norteadada por dois temas interligados: a melhoria da produtividade do sistema agroflorestal do cacau, e a importância da gestão da água, sua proteção, seu uso e reúso. A melhoria da capacidade de gestão dos recursos hídricos constitui um elemento indispensável para a redução das vulnerabilidades, a melhoria da capacidade de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas no litoral e consequentemente, para a consolidação de uma cadeia produtiva sustentável e inclusiva do cacau.

O Contexto

Iniciado em 2002, O Prosulba – Programa Sul da Bahia é o mais antigo programa da CARE Brasil. Constitui-se num rico espaço de aprendizado, pois diversas das lições aprendidas foram utilizadas para a estruturação de outros programas de desenvolvimento rural da CARE Brasil. Entre os aprendizados efetuados na Costa do Cacau, podemos ressaltar a dependência existente entre a estratégia de sobrevivência das famílias mais vulneráveis e o extrativismo nos remanescentes da Mata Atlântica.

A relevância do extrativismo como fonte de segurança alimentar e de renda no território da Costa do Cacau evidencia o quanto deve ser estreita a vinculação entre as ações de melhoria da renda familiar e o uso racional dos recursos naturais. Ou seja, o apoio ao desenvolvimento sustentável deve ser constituído de componentes simultâneos: a dinamização da economia local e o uso racional dos recursos naturais.

As comunidades mais vulneráveis que vivem no meio rural e no litoral dependem em larga escala da produtividade dos ecossistemas. As mudanças climáticas, entretanto, estarão nas próximas décadas alterando o modo como esses ecossistemas funcionam. Na maioria das vezes, com impactos negativos. A população rural do Nordeste pertence a um dos maiores bolsões de pobreza da América Latina e apresenta séria vulnerabilidade frente a imprevistos, sejam mudanças repentinas nos preços pagos aos produtores ou variações no regime de chuvas. Para reduzir a situação de vulnerabilidade, as famílias precisam ampliar sua capacidade de adaptação a novas situações.

A melhoria da capacidade de adaptação de uma família a imprevistos depende de uma sociedade que apóia e dá suporte aos esforços individuais – o que significa a garantia dos direitos sociais, a garantia de acesso a ativos produtivos, o bom desempenho dos governos e a diversificação de opções geradoras de trabalho e renda.

A crescente alteração do clima está colocando em risco todo o esforço de melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade, seja por meio de políticas públicas ou pela ação de organizações não-governamentais e movimentos sociais. Essencial é o empenho tanto para a promoção da capacidade dessas famílias em dispor de alternativas, como para possibilitar um ambiente político, social e econômico facilitador da inclusão social. Para reduzir o risco dos impactos negativos pelas mudanças do clima faz-se necessário, portanto, garantir-lhes o acesso a direitos sociais, aos operadores da justiça, à informação, aos serviços financeiros e aos mercados.

A capacidade de adaptação às mudanças sociais, políticas e econômicas, bem como às mudanças climáticas, significa combater a pobreza e melhorar os indicadores de desenvolvimento humano.

O desenvolvimento local

Atuando tanto por meio de projetos próprios, como participando de iniciativas comunitárias, a CARE Brasil busca catalisar processos de mudança social, política e econômica em parceria com organizações locais. Essas ações visam fortalecer o desenvolvimento local, nas suas cinco dimensões:

Desenvolvimento Local, mensurável pela melhoria dos indicadores de qualidade de vida				
Inclusão social	Fluxos econômicos dinâmicos	Gestão pública inovadora	Uso racional dos recursos naturais	Mobilização social
Educação pública de qualidade	Qualificação dos postos de trabalho	Maior transparência na gestão	Educação ambiental	Manifestações culturais fortalecem identidade
Acesso à saúde pública	Estímulo ao empreendedorismo	Espaços públicos de participação	Cumprimento à legislação ambiental	Formação de novas lideranças
Assistência social como direito	Acesso a microfinanças	Políticas públicas inovadoras	Pagamento por serviços ambientais	Expansão do controle social
Combate à discriminação	Extensão rural	Gestão universalizante	Sistemas agroflorestais	Sistematização da experiência da sociedade civil
Segurança alimentar	Extensão empresarial		Proteção aos recursos hídricos	

De forma resumida, as cinco dimensões representam todas as iniciativas geridas pelos atores locais que permitem uma alta qualidade de vida no território, durante longo prazo. Essas dimensões não são estanques entre si, pois apresentam fortes vínculos e interrelações.

Os projetos dos quais a CARE Brasil participa têm o objetivo de fortalecer e ampliar as mudanças necessárias na esfera local, para que as cinco dimensões possam estar presentes e propiciar uma vida digna às famílias. Em cada programa da CARE Brasil mantém-se esse marco referencial, mas os projetos concretos variam conforme a realidade local, as demandas das comunidades e as fontes de financiamento disponíveis.

A ação da CARE Brasil no litoral sul da Bahia

Em 2002, a CARE Brasil convidou um conjunto de mais de vinte atores locais, organizações comunitárias, movimentos sociais, ONGs e órgãos públicos para participarem de um diálogo com o objetivo de superar as desigualdades sociais na Costa do Cacau. Começava aí o Prosulba. No início o programa teve um foco setorial, cuja prioridade era a melhoria na produtividade e comercialização de cacau orgânico, como forma de contribuir para uma cadeia produtiva mais justa e melhorar a renda familiar.

Desde então o programa tem evoluído, novas prioridades surgiram, alguns parceiros permaneceram e novos atores se integraram ao processo de aprendizado conjunto. A proposta original do Prosulba continua válida, buscando contribuir para o resgate da cidadania dos grupos mais vulneráveis da Costa do Cacau. A tabela a seguir resume dez iniciativas executadas pela CARE Brasil no período de 2006 a 2009:

Componentes do trabalho do Prosulba Temas transversais: cadeia produtiva do cacau sustentável e inclusiva, bem como, gestão de recursos hídricos
Uso racional de recursos naturais e proteção ambiental
1) Recuperação de mata ciliar e adequação de assentamentos de reforma agrária à legislação ambiental. 2) Qualificação das ações de educação ambiental e desenvolvimento local na rede pública de ensino.
Inclusão social
3) Apoio no acesso a água potável em assentamentos de reforma agrária. 4) Segurança alimentar e novas fontes de renda em assentamentos de reforma agrária.
Fluxos econômicos locais dinâmicos
5) Diversificação da renda familiar em assentamentos de reforma agrária, com introdução de criação semi-intensiva de pequenos animais. 6) Inclusão bancária e acesso a microfinanças em territórios remotos.
Mobilização social
7) Informação e sensibilização de lideranças comunitárias quanto a pagamento por serviços ambientais e mercado de carbono. 8) Apoio ao processo de formação de juristas leigos com componente de justiça ambiental. 9) Participação ativa no Diálogo do Cacau para uma cadeia produtiva mais sustentável.
Gestão pública inovadora
10) Informação e sensibilização de gestores e servidores públicos na legislação da Mata Atlântica.

A capacidade de adaptação das comunidades está fortemente vinculada à habilidade de aprender, de inovar e de cooperar, buscando elevar ao máximo os benefícios do aprendizado para todos os atores nele envolvidos. Uma maior capacidade de adaptação ao meio rural está fortemente relacionada com a maior resiliência das famílias e comunidades. As comunidades com baixa resiliência são aquelas que dependem quase que totalmente da Defesa Civil e dos bombeiros no caso de eventos imprevistos e que encontram dificuldades para se recuperar de um choque. Famílias e comunidades de baixa capacidade de adaptação são aquelas que mais dependem de apoio e de recursos externos, como o Bolsa Família.

Definições básicas

Mudança Climática

De acordo com o IPCC - Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão das Nações Unidas responsável pela coleta e sistematização de informações científicas sobre o tema, são as alterações que ocorrem no clima durante longo prazo, seja por variabilidade natural ou como resultado da atividade humana. Os impactos atuais e futuros da mudança do clima incluem eventos extremos como enchentes e secas, alteração no regime de chuvas, derretimento de geleiras e aumento do nível do mar.

Vulnerabilidade à mudança climática

Refere-se à sensibilidade de famílias e de comunidades quanto aos impactos sofridos com as alterações do clima, em especial as consequências negativas resultantes de eventos extremos como secas e enchentes. O grau de vulnerabilidade pode variar entre famílias de uma mesma comunidade, e também entre comunidades diversas. A exposição a mudanças climáticas varia também de acordo com a geografia. Promover o desenvolvimento humano significa reduzir a vulnerabilidade, pois, quanto menor o índice de pobreza, menor a vulnerabilidade.

Capacidade de adaptação

Refere-se à habilidade das famílias e das comunidades para se ajustarem às mudanças do clima, reduzindo os riscos, prevenindo os danos e aproveitando novas oportunidades para lidar com as consequências positivas e negativas. A capacidade de adaptação depende do grau de acesso da família ou da comunidade a recursos humanos, naturais, sociais, físicos e financeiros. Em outras palavras, a adaptação consiste na capacidade de convivência com as mudanças climáticas. O acesso aos recursos necessários para uma maior capacidade de adaptação varia entre famílias e entre comunidades, bem como depende de fatores externos como políticas públicas, a paisagem institucional e as estruturas de poder.

Resiliência

Termo emprestado da física, na qual define a capacidade dos materiais em resistir a choques diversos. Significa a habilidade da família e da comunidade para resistir, absorver e se recuperar dos efeitos negativos de situações adversas, reduzindo os riscos e recuperando suas funções e identidades básicas anteriores ao evento imprevisto. Uma família ou comunidade resiliente se recupera com certa facilidade após uma crise econômica, ou um evento natural extremo como uma enchente ou uma seca. Resiliência e capacidade de adaptação estão fortemente interligadas.

As propostas de adaptação às mudanças climáticas não devem ser resumidas à engenharia civil, com perfuração de poços, canalização de rios ou construção de açudes. Tais investimentos públicos, sob o nome de Enfoque Hidráulico, já foram muito utilizados no Nordeste e tiveram pouco impacto social. Muito mais do que os perímetros irrigados ou a transposição de rios, importa promover a democratização do acesso aos meios de produção, à informação, às políticas públicas e ao mercado.

Por que a prioridade para o meio rural?

A pobreza no Brasil é, em grande parte, oriunda da dificuldade de se manter uma vida digna no meio rural. A exclusão social e econômica vivida por essas famílias significa que não há possibilidade de um desenvolvimento sustentável. Segundo estudo recente do IPEA, mais de 30 milhões de brasileiros vivem no meio rural em condições precárias de moradia, sem acesso à saúde ou à educação de qualidade, com reduzidos níveis de renda.

Ainda segundo os dados do IPEA, o Nordeste concentra metade da população rural do país. A agricultura familiar responde por mais de 70% dos postos de trabalho no meio rural. As mulheres ocupam o espaço de um exército de reserva de mão-de-obra, em geral sem remuneração própria, mas com muito trabalho. Mais de 70% da população do campo não completou o ensino fundamental, e 56% dos produtores que utilizam agrotóxicos não recebem qualquer orientação técnica. Enquanto a renda média mensal urbana no Brasil é de R\$ 1.056, na área rural ela representa apenas R\$ 453.

O envolvimento das comunidades rurais é fundamental para a adequada gestão dos recursos naturais. Em geral as famílias rurais são, em algum grau, dependentes do extrativismo, seja na mata, no sertão, no mangue ou na pesca, mas não têm como defender esses ecossistemas dos grandes projetos do setor público ou da iniciativa privada que, por sua vez, contribuem para a degradação ambiental. O empoderamento das comunidades rurais é crucial para o uso racional dos recursos naturais.

As famílias pobres do meio rural nordestino estão entre os grupos mais vulneráveis às mudanças do clima na América Latina, mas foram as que menos contribuíram para essas alterações climáticas. O padrão de consumo dessas famílias dos subprodutos do petróleo causadores de mudanças climáticas como combustíveis fósseis, plásticos e fertilizantes químicos, sempre foi muito baixo; porém, elas serão as mais afetadas pelas mudanças na distribuição das chuvas. Promover o desenvolvimento rural com base na agricultura familiar representa, portanto, uma ação de promoção da justiça ambiental.

Projeções para o Nordeste

Segundo os relatórios do IPCC e do Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a tendência do semiárido é tornar-se mais árido. Aumentarão a frequência e a intensidade das secas, o que reduzirá a disponibilidade de recursos hídricos. A região passará de zona semiárida para árida. Mais de 70% das cidades do semiárido com população acima de cinco mil habitantes enfrentarão crise no abastecimento de água para consumo humano até 2025, ocasionando migração para o litoral.

Até 2050, metade das terras agrícolas do Nordeste poderá ser prejudicada, expondo a população à redução, ou mesmo perda, das safras. 40 milhões de pessoas em média sofrerão com a falta de água. Seus depósitos aquíferos subterrâneos poderão receber menos de 70% de recarga, e o Nordeste caminhará para a desertificação.

Sabemos que as chuvas do semiárido apresentam enorme variabilidade. Anos de secas e de chuvas abundantes alternam-se no tempo e no espaço. A ocorrência de chuvas, por si só, não garante que as culturas de sequeiro, da agrofloresta ou a pecuária, terão sucesso em determinado ano. O regime de chuvas do território mantém forte relação com as condições hídricas do solo.

O índice de vulnerabilidade		
Em 2007 a Ensp - Escola Nacional de Saúde Pública, integrante da Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz, lançou um índice que avalia as relações entre clima e saúde. O IVG – Índice de Vulnerabilidade Geral mede a vulnerabilidade das populações a doenças, aspectos socioeconômicos e oscilações do clima.		
Estados mais vulneráveis	Alagoas	IVG 0,64
	Maranhão	IVG 0,48
	Bahia	IVG 0,46
Estados menos vulneráveis	Distrito Federal	IVG 0,17
	Mato Grosso do Sul	IVG 0,14
	Rio Grande do Sul	IVG 0,13
A escala vai de 0 a 1, onde 1 representa a situação de maior vulnerabilidade relativa para doenças (dengue, malária, hantavirose, cólera, leptospirose e leishmaniose), ocorrência de desequilíbrios socioeconômicos e mudanças ambientais.		

O Nordeste apresenta altas taxas de evaporação de água, em função da forte incidência da energia solar e das altas temperaturas. Os aumentos de temperatura decorrentes da mudança do clima, independente das variações no regime de chuvas, por si só, já são suficientes para causar maior evaporação dos lagos, açudes, rios e das lavouras, aumentando o risco para a agropecuária.

O projeto Inpe/USP/FBDS realizou estudos utilizando simulações do balanço hídrico para o Nordeste, considerando as projeções de temperatura e chuva dos cenários futuros do clima. No cenário de maiores emissões de gases de efeito estufa, os resultados indicam uma tendência de extensão da deficiência hídrica ao longo de todo o ano. Atualmente ela está restrita aos meses de estiagem. Ou seja, os cenários para o restante deste século indicam a tendência de aumento da aridez da região semiárida, com a estação chuvosa mais fraca e mais curta, bem como um período de déficit de umidade no solo mais prolongado. Isso pode acarretar redução de até 20% na vazão do rio São Francisco.

Secas prolongadas por até 10 anos, contínuas perdas de safras e de gado, entre outros limitantes, aumentarão a migração para as capitais e as cidades costeiras hoje protegidas pela Mata Atlântica. Essas, por sua vez, poderão sofrer recuos de até 100 metros das praias em função do aumento do nível do mar.

O sistema elétrico depende do regime de chuvas. Uma redução no seu volume ou um aumento da evaporação pode limitar a geração de energia em muitas áreas do país. O aumento da temperatura, gerador de maior evaporação nos reservatórios das hidrelétricas e o aumento do consumo de energia por sistemas de ar condicionado, podem reproduzir as condições que ocasionaram o apagão elétrico de 2001.

As mudanças climáticas poderão impor pesadas perdas às culturas de sequeiro. Toda a área correspondente ao agreste e ao cerrado nordestino será a mais atingida. A lavoura da mandioca pode desaparecer no semiárido, pois tende a migrar para o sul do país. Segundo as projeções, a soja será a cultura com as maiores perdas, na ordem de 40%. As pastagens, por sua vez, perderão até 25% da capacidade de pastoreio, aumentando os custos de produção pela necessidade de mais ração para os animais.

Devido a isso, deve figurar entre as prioridades de preparação para o futuro próximo aumentar a capacidade de adaptação do setor agropecuário como também a do agronegócio, mas, em especial, apoiar a agricultura familiar e com isso gerar oportunidades de renda não-agrícola no meio rural.

As estimativas do estudo Embrapa/Unicamp demonstram redução nos PIBs estaduais nordestinos até 2050. Quanto mais o município for dependente da renda agrícola, maior deverão ser os prejuízos sentidos na atividade e maior a propensão para a migração da faixa da população que apresenta mobilidade. A migração deverá se concentrar dos municípios rurais para as capitais do Nordeste, sobrecarregando os serviços sociais, educacionais e de saúde. No período de 2035 a 2050, a migração causada pela alteração do clima deverá provocar uma perda de cerca de 480.000 habitantes do Nordeste que migrarão para o Sudeste.

O aumento da população incorre no risco de disseminação de doenças características do meio rural, como a leishmaniose visceral, nas cidades médias e grandes, além do aumento do número de pessoas suscetíveis a doenças urbanas como a dengue. Como, atualmente, os centros urbanos nordestinos apresentam restrições na oferta de água, um cenário de mudanças climáticas ampliará a sua escassez, prejudicando a qualidade de vida das famílias mais vulneráveis que já sentem a baixa cobertura de saneamento básico nas cidades.

As famílias que não migrarem serão as mais impactadas pela alteração do regime de chuvas e pelo aumento da temperatura. O padrão seletivo da migração irá definir um cenário ainda mais desigual para o semiárido. Nos modelos utilizados para a projeção de cenários futuros, a distribuição do nível de renda segue os indicadores de educação. Em uma região que apresenta uma pesada dívida social, com alto número de famílias dependentes do Bolsa Família, o acesso universal à educação pública de boa qualidade constitui um dos principais elementos de aumento da capacidade de adaptação da sociedade.

A importância da gestão da água

A agropecuária representa o setor de nossa sociedade que demanda o maior consumo de água. Ela é responsável por cerca de 70% do consumo mundial de água potável, principalmente para irrigação de lavouras e na alimentação de animais. A resposta tradicional ao risco de escassez de água tem sido o seu armazenamento em açudes privados ou públicos. Esse enfoque de armazenamento de água a céu aberto em grandes superfícies será, porém, insuficiente, frente às alterações na temperatura e no padrão de distribuição da chuva, decorrentes da mudança do clima.

O armazenamento de água potável deve ser apenas um dos componentes de um amplo leque de ações destinadas a democratizar e ampliar a capacidade de gestão dos recursos hídricos. Como medida de adaptação será importante o seguinte conjunto integrado de ações:

Ampliação da capacidade de produção e armazenamento de água potável	
1	Recuperar e consolidar a capacidade dos ecossistemas na produção de água potável.
2	Ampliar a capacidade de armazenar água potável, tanto nas propriedades individuais como para uso coletivo.
3	Fortalecer a capacidade no uso racional da água e na gestão dos corpos hídricos.

Atualmente, a água potável para uso humano e animal é produzida gratuitamente pelos ecossistemas, mas seu uso será cada vez mais cobrado, alterando assim, o orçamento doméstico de famílias de baixa renda e encarecendo as cadeias produtivas. Importa, pois, concentrar os esforços na recuperação e regeneração dos ecossistemas produtores de água, remunerando os seus proprietários pela água produzida para a sociedade. Nesse contexto, a recuperação da mata ciliar, a proteção de morros, baixadas, pântanos, veredas, várzeas e nascentes passa a ter um valor para a economia como um todo.

O armazenamento de água será uma necessidade de cada propriedade e de cada casa, conseguido por meio de cisternas de coleta de água da chuva, barragens subterrâneas, açudes familiares e irrigação por gotejamento. Também nas áreas urbanas serão necessárias cisternas de captação de água da chuva nas casas, prédios e empresas, além de cisternas e sistemas de distribuição para coleta de água de reuso e reciclagem. Áreas hoje impermeabilizadas com asfalto e cimento, como estacionamentos, avenidas, calçadas e quintais, deverão ter a sua permeabilidade recuperada pelo uso de materiais adequados de calçamento.

O estoque de água contido nos alimentos também deverá ser contabilizado, o que encarecerá certos alimentos com alto teor de umidade. Devido a isso, cada vez mais a umidade contida no solo será valorizada pela adoção de técnicas conservacionistas na agricultura. Os comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas, um espaço público de negociação entre os usuários e a definição das taxas de cobrança pelo uso da água, serão a regra na gestão dos recursos hídricos.

Dimensão do desenvolvimento local: Uso racional de recursos naturais e proteção ambiental.

Ação:

Recuperação de mata ciliar e adequação de assentamentos de reforma agrária à legislação ambiental.

O contexto

A Costa do Cacau faz parte de um dos mais importantes conjuntos de remanescentes da Mata Atlântica no país, com altos índices de diversidade biológica e endemismo. Apesar da riqueza única e de possuir uma legislação de proteção moderna e específica, a Mata Atlântica continua sendo um ecossistema ameaçado e devastado.

O sistema local de produção de cacau, conhecido como cabruca, consiste na remoção da vegetação rasteira da Mata Atlântica e no plantio dos pés de cacau sob a sombra das árvores altas. Assim, o sistema agroflorestal com base no cacau contribuiu historicamente para a preservação de muitas manchas de mata. A crise econômica que se abateu sobre a cadeia produtiva cacauzeira nos anos 1980, entretanto, levou ao abandono de muitas fazendas, as quais foram ocupadas e desapropriadas para pagamento das dívidas trabalhistas. Assim, grande parte dos remanescentes da Mata Atlântica da região se encontra hoje em assentamentos de reforma agrária.

Há, no entanto, um considerável passivo ambiental dessa política pública, pois ao longo dos anos 1990 a pressão social levou à formação acelerada de assentamentos sem os devidos estudos prévios de viabilidade econômica ou licenciamento ambiental. Assim, muitos assentamentos estão desprovidos da mata ciliar ou das áreas de preservação permanente previstas em lei.

Esse quadro dos assentamentos no sul da Bahia não difere do quadro nacional. Em 2003, a Procuradoria da República, o INCRA e o IBAMA firmaram um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, objetivando, em todo o país, no prazo de três anos, o licenciamento ambiental dos assentamentos. Ao final desse prazo, com a resolução Conama N.º 387, de 27/12/2006, o licenciamento ambiental para os assentamentos foi bastante simplificado. No ano seguinte, o TCU – Tribunal de Contas da União, por meio do acórdão 2633/2007, definiu que a área de reserva legal de projetos de assentamento de reforma agrária deve ser averbada na inscrição da matrícula do imóvel.

No acórdão de dezembro de 2007, o INCRA se comprometeu a apoiar e executar processos de restauração florestal e averbação de reserva legal nos assentamentos já criados. A penalidade para aqueles assentamentos não regularizados é a suspensão do repasse de verbas públicas até o cumprimento dos termos do acordo.

Essas medidas criaram um impacto direto nos assentamentos em todo o país, pois seus ocupantes ficaram impedidos de acessar novos créditos e financiamentos públicos caso não procedessem à recuperação das matas ciliares, proteção dos cursos d'água e adequação legal. Por outro lado, a recuperação de áreas florestadas auxilia na restauração e consolidação da capacidade de produção de água potável no território, contribuindo assim com a segurança hídrica dos ocupantes dos assentamentos que, em geral, encontram-se excluídos do acesso aos serviços públicos de água e saneamento.

A contribuição da CARE Brasil

Com o objetivo de apoiar os assentamentos com população afro-descendente em situação de vulnerabilidade, a CARE Brasil articulou um projeto-piloto de teste de restauração florestal em três assentamentos. Buscou assim gerar um processo coletivo de aprendizado na adequação ambiental dos assentamentos que pudesse ser expandido por outros atores na região.

Entre 2007 e 2009 foi conduzido um processo participativo de recuperação de áreas degradadas, mediante o envolvimento das famílias de três assentamentos em todas as etapas. O processo foi iniciado com a realização de oficinas de apresentação e debate da legislação da Mata Atlântica aos assentados. Após diversas rodadas de reuniões de informação, a equipe da CARE Brasil facilitou o debate entre as famílias para a seleção e escolha coletiva das áreas a serem reflorestadas ou isoladas da área de pasto. Na etapa seguinte foram identificados e capacitados os assentados escolhidos pelas suas associações para as ações, tais como implementação de viveiros, plantio de mudas e cercamento de áreas.

Na seleção e definição das áreas prioritárias - margens dos rios, matas ciliares, reservas legais, regiões de nascentes e topos de morros - foi dada atenção especial para aquelas onde a legislação da Mata Atlântica exige partes florestadas, pois são áreas de preservação permanente que exigem a manutenção da floresta.

O processo de articulação e tomada de decisão nos assentamentos foi demorado, pois exigia mudança cultural por parte das famílias. Em sua maioria, os assentados, devido à herança cultural de gerações de trabalhadores rurais a serviço dos coronéis do cacau, veem a mata em torno de suas lavouras e pastos como área potencial de expansão, já que a derrubada da mata cria novas áreas produtivas. Novas áreas de pasto, em especial, são uma demanda constante nos assentamentos.

Resultados gerados

A participação privilegiada de jovens e grupos de mulheres no processo de restauração florestal foi essencial para o alcance dos objetivos, ou seja, a recuperação de mais de 50 hectares de áreas degradadas. Não se buscava apenas possibilitar um processo mais inclusivo de reflexão e debate, mas também testar novas oportunidades de trabalho e renda. A falta de mudas de espécies nativas na região foi um dos fatores limitantes do projeto, além da dificuldade de logística nas áreas remotas dos assentamentos que não dispunham de carroças ou outros veículos de transporte.

A ação das mulheres foi decisiva tanto na participação ativa no trabalho de reflorestamento, quanto na sensibilização e mobilização dos maridos e parceiros sobre a importância da restauração florestal.

Muitos jovens assentados, pioneiros da causa, relatam que se sentem hoje mais valorizados tanto pela constatação de que os adultos, aos poucos, também têm mudado o discurso sobre a importância da floresta, quanto pelas emergentes oportunidades de trabalho nos viveiros e no mercado de mudas nativas no território.

Síntese dos resultados	
Na região	Produção de 50.000 mudas de 35 espécies nativas da Mata Atlântica em parceria com grupos de agricultores, com o Instituto Floresta Viva e com o Instituto Cabruca. Implantação de três viveiros com capacidade de produção de mudas de espécies nativas. Capacitação de mais de 30 assentados na produção de mudas e recuperação de áreas degradadas. Envolvimento ativo de mais de 40 famílias afro-descendentes da reforma agrária em projeto-piloto de adequação ambiental.
Dandara dos Palmares, Município de Camamu	Restauração de 18 hectares de mata ciliar e apoio na averbação de reserva legal, nesse assentamento de 1.400 hectares com 280 pessoas assentadas.
Terra de Santa Cruz, Município de Santa Luzia	Restauração de 20 hectares de mata ciliar e apoio na averbação de reserva legal, nesse assentamento de 380 hectares com 120 pessoas assentadas.
Dom Helder Câmara, Município de Ilhéus	Restauração de 12 hectares de mata ciliar e apoio na averbação da reserva legal, nesse assentamento de 240 hectares com 158 pessoas assentadas.

O espaçamento escolhido para os sistemas agroflorestais foi menos adensado, pois o objetivo era manter aberta a possibilidade do uso futuro das áreas florestadas para introdução também de espécies frutíferas.

Com base nessa experiência, foi possível precificar os diversos insumos e serviços necessários para um processo participativo de restauração da Mata Atlântica. O custo médio foi de aproximadamente R\$ 9.000/hectare reflorestado, refletindo em especial os custos de logística para as áreas remotas.



Primeiro lote de mudas

Dimensão do desenvolvimento local: Uso racional de recursos naturais e proteção ambiental.

Ação:

Qualificação das ações de educação ambiental e desenvolvimento local na rede pública de ensino.

O contexto

Historicamente, a população afro-descendente da Costa do Cacau esteve excluída do acesso a políticas e serviços públicos. Dadas as restrições de acesso a ativos produtivos, a maior parte das famílias não teve muitas opções além de viabilizar seu sustento por meio de trabalhos de baixa remuneração e pouca aceitação social como trabalhador rural temporário, safrista, empregada doméstica, cozinheira, pedreiro, ajudante de serviços gerais e similares.

Graças à Política Nacional de Reforma Agrária dos anos 1980, pela primeira vez em sua história familiar, uma ampla parcela desses trabalhadores teve acesso a ativos produtivos, tais como uma parte da terra, lavouras de cacau, guaraná e pimenta, habitação própria, ferramentas, implementos, linhas de crédito e similares. O INCRA, por sua vez, inovou nesse processo ao conceder títulos de posse para mulheres que antes somente tinham acesso a ativos produtivos por meio dos seus maridos ou parceiros.

Nesse contexto, a educação pública universalizada nunca teve prioridade e, ao longo do tempo, pouca atenção teve dos gestores públicos. Somente a partir dos anos 1990 ocorreu, pela primeira vez, o acesso à escola pública no ensino fundamental para todas as crianças do território. Sem que, porém, as famílias tivessem uma tradição de escolaridade formal, leitura ou experiência com o sistema de ensino. Explicam-se assim, em alguns municípios, as taxas de analfabetismo que chegam a 40% entre adultos, principalmente afro-descendentes.

O sistema público de ensino tinha pouca tradição para adequar o currículo escolar à realidade local tanto nas questões culturais, relativas à etnia e à discriminação social, quanto nas ecológicas e econômicas peculiares ao território, como a necessidade de uma gestão adequada dos recursos hídricos ou o turismo sustentável.

Assim, os serviços da rede pública de ensino eram pouco adaptados à realidade do bioma Mata Atlântica onde vive a maioria das crianças e adolescentes, aos sistemas agroflorestais que constituem o cotidiano da maioria das famílias, ou às mudanças causadas pelo clima.

A contribuição da CARE Brasil

A CARE Brasil firmou, em 2008, uma parceria com o Instituto de Geociências da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas, que detém experiência na formação de professores em educação ambiental contextualizada. O objetivo dessa parceria consiste na extensão da ação de formação da Unicamp até a Costa do Cacau. A equipe da CARE Brasil, mediante a orientação dos profissionais do Instituto, negociou uma parceria com as Secretarias Municipais de Educação nos municípios de Una, Ilhéus, Camamu e Santa Luzia, integrando assim o processo de capacitação no âmbito das políticas públicas de qualificação e valorização dos professores.

Dessa forma foi possível mobilizar em 30 escolas uma rede composta por 33 professores das áreas de ciências e geografia. O perfil de seleção foi proposto pela Unicamp, mas os profissionais foram indicados pela respectiva direção de cada instituição.

Durante 12 meses foram realizadas quatro oficinas, com duração de quatro dias cada. No intervalo entre as oficinas de formação os professores ficaram encarregados de implementar projetos-piloto. Eles tiveram acesso à formação como multiplicadores, tendo em vista que a capacitação da qual participaram podia ser replicada para um conjunto maior de colegas na mesma escola. O tema gerador escolhido foi o uso e a proteção dos recursos hídricos na Costa do Cacau.

Resultados gerados

O processo de formação não se deu apenas em sala de aula. Os professores realizaram visitas de campo para conhecer remanescentes da Mata Atlântica. A partir delas, tentaram analisar e melhor entender a realidade da moradia e da vida dos alunos no meio rural.

Síntese dos resultados
Sete módulos presenciais realizados, intercalados por seis experiências de trabalho em campo.
30 escolas públicas acessaram conteúdo sobre gestão de recursos hídricos e desenvolvimento local contextualizado ao território.
33 professores multiplicadores participaram de 128 horas aula, em processo de valorização e qualificação.
108 moradores da periferia urbana de Ilhéus, envolvidos com os temas de educação ambiental.
Quatro assentamentos de reforma agrária, onde moram alguns dos professores da rede pública, envolvidos no processo.
200 alunos de ensino público do nível fundamental com acesso a novos conteúdos.
90 alunos do programa EJA – Educação para Jovens e Adultos com acesso a novos conteúdos.
Um assentamento de reforma agrária adotou internamente o sistema de coleta seletiva.
Três assentamentos de reforma agrária conseguiram inclusão no serviço municipal de coleta de lixo.

Esse conjunto de professores integrou o aprendizado e as novas experiências tanto ao seu trabalho no ensino fundamental e médio, como também aos programas de alfabetização dos adultos. Além disso, foi realizado o intercâmbio com profissionais dos programas da CARE Brasil no Rio de Janeiro e no Piauí.

Município	Escolas participantes
Una	Colégio Municipal Alice Fuches
Ilhéus	Escola Nucleada do Banco do Pedro Escola Nucleada Vila Cachoeira Escola Herval Soledade Escola Estado do Ceará Escola Moises Bohana Escola Alvaro Melo Vieira Escola Estadual Paulo Américo Escola Estadual Padre Luiz Palmeira Universidade Municipal Maremata Escola Espaço de Leitura Colégio Estadual Luiz Eduardo Magalhães Escola Gilmar Agnelo Colégio Estadual de Ilhéus Escola Paulo Freire
Camamu	Escola Antônio Carlos Magalhães Escola São Domingos Sávio Escola Antonio Conselheiro I Escola Antonio Conselheiro II Escola Dandara I Escola Dandara II Escola do PETI
Santa Luzia	Escola Municipal de Santa Luzia Escola Municipal Terra de Santa Cruz Escola Municipal Santo Antônio Escola Municipal do Campo Escola Municipal Cravo Branco Escola Municipal São Francisco Escola Municipal Santa Cruz Escola Monte Alegre

Dimensão do desenvolvimento local: Inclusão social.

Ação:

Apoio no acesso a água potável em assentamentos de reforma agrária.

O contexto

Devido às fortes oscilações de preço do guaraná, da pimenta, da borracha e da amêndoa do cacau, produtos oriundos da agricultura familiar na Costa do Cacau, essas famílias ficam continuamente sujeitas ao risco de a renda obtida uma vez ao ano não ser suficiente para sua manutenção até a próxima safra.

Diversas tecnologias sociais estão disponíveis aos agricultores familiares para que eles melhorem sua posição de negociação nas cadeias produtivas das quais participam. Por exemplo: compra conjunta de insumos, comercialização compartilhada, cooperativismo, acesso a mercados alternativos competindo com os intermediários e similares.

Buscando fortalecer a capacidade de agregação de valor aos seus produtos, a CARE Brasil vem assessorando diversos assentamentos de reforma agrária no teste de técnicas de beneficiamento da produção. Foram introduzidas melhorias no processo de secagem e fermentação do cacau, no beneficiamento de frutas tropicais, na produção de doces e compotas com subprodutos dos sistemas agroflorestais, entre outros.

No processo de implantação de centrais comunitárias de processamento, capazes de funcionar como incubadoras de pequenas agroindústrias de frutas, a CARE Brasil buscou facilitar o acesso das famílias a serviços de nível profissional, para garantir a qualidade e a adequação legal dos produtos a serem colocados no mercado. Apoiou-se o processo de certificação orgânica em dois assentamentos. As obras das cozinhas comunitárias seguiram os princípios básicos da vigilância sanitária como, por exemplo, paredes azulejadas, banheiros separados e telas de proteção. Facilitou-se o acesso de diversos grupos de mulheres (mais de 40 pessoas ao todo) aos cursos de manuseio e preparação de alimentos, bem como adequação às normas sanitárias, pela Unesc – Universidade Estadual de Santa Cruz.

Quanto ao controle da qualidade dos insumos, foram contratadas análises de inspeção da água potável disponível nos três assentamentos instalados há uma década. Todas as amostras de água contratadas pela CARE Brasil junto ao laboratório da Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento, apresentaram contaminação presente nos reservatórios de água que as famílias vinham utilizando para consumo.

A legislação referente às características bacteriológicas da água potável para consumo humano prevê que as amostras de 100 ml cada, devem atender aos seguintes parâmetros:

- Coliformes fecais ou termotolerantes = zero/100 ml
- Coliformes totais = zero/100 ml

Segundo a legislação, todas as amostras de água coletadas nos assentamentos de reforma agrária eram impróprias para consumo humano.

Assentamento	Protocolo	Medição/100 ml
Terra de Santa Cruz	412803/09	Coliformes totais 400 Termotolerantes até 1,8
Zumbi dos Palmares	416306/08	Coliformes totais 920 Termotolerantes até 1,8
Dandara dos Palmares	414904/08	Coliformes totais 1.700 Termotolerantes 7,8

Os dados acima demonstraram não apenas a inviabilidade do processamento de alimentos sem adequação das fontes de água, como evidenciaram o risco para a saúde das famílias assentadas. Dessa forma, a segurança hídrica dos assentamentos passou a ter prioridade no trabalho da CARE Brasil.

A contribuição da CARE Brasil

Os resultados das análises microbiológicas das amostras de água foram apresentados e debatidos em cada um dos assentamentos envolvidos no projeto. A equipe da CARE Brasil apoiou a articulação dos assentados com o programa *Água para Todos*, implementado pelo Governo Federal em parceria com os Governos Estadual e Municipal.

Foram realizados mapeamentos dos assentamentos e também dado apoio ao processo de perfuração de poços tubulares para captação de água potável. Para a perfuração de valetas foi contratada a mão-de-obra dos assentados. Em complemento às ações desenvolvidas por meio da política pública, a CARE Brasil ofereceu às mais de 140 famílias eventos de capacitação sobre o uso da água disponível a partir da instalação de sistemas simplificados de distribuição. Possibilitou, também, a um grupo-piloto de 26 famílias, a instalação de banheiros em suas residências, localizadas no assentamento Terra de Santa Cruz.

Resultados gerados

Mais de uma década após sua instalação, as famílias assentadas finalmente passaram a usufruir um direito básico: o acesso a água potável. Isso só foi possível mediante a articulação com uma política pública e ações complementares pela CARE Brasil, responsável pelo investimento de R\$ 60.000 nas ações de saneamento.

Síntese dos resultados	
Assentamento Terra de Santa Cruz	80 mil litros de vazão do poço/dia. 120 pessoas com acesso a água potável. 25 famílias participaram da capacitação. 26 banheiros instalados.
Assentamento Zumbi dos Palmares	100 mil litros de vazão do poço/dia. 250 pessoas com acesso a água potável. 50 famílias participaram da capacitação.
Assentamento Dandara dos Palmares	120 mil litros de vazão do poço/dia. 325 pessoas com acesso a água potável. 65 famílias participaram da capacitação. Fornecimento de equipamentos e orientação para irrigação das hortas orgânicas.

Além disso, com a instalação dos poços tubulares e dos sistemas simplificados de distribuição foi possível retomar a iniciativa do processamento e beneficiamento de alimentos para diversificar a renda familiar nos assentamentos. Foram implantados sistemas de irrigação para as hortas orgânicas, bem como realizados testes para a produção local de:

- Achocolatado em pó;
- Cacau em pó;
- Chocolate caseiro;
- Frutas desidratadas.

Como os produtos agora atendem à legislação sanitária, os assentados podem buscar novos nichos de comercialização.



Instalação da água

Dimensão do desenvolvimento local: Inclusão social.

Ação:

Segurança alimentar e novas fontes de renda em assentamentos de reforma agrária.

O contexto

A vocação histórica da Costa do Cacau sempre foi a produção de commodities, matérias-primas produzidas em grande quantidade e baixo custo unitário, destinadas ao processamento e beneficiamento em outros territórios. Seu principal produto, desde o Século 19, tem sido a amêndoa do cacau, mas a região produz ainda madeira, carne de gado, borracha e outros subprodutos da mata. Tradicionalmente essa produção se deu em fazendas, mediante o uso de grande número de trabalhadores rurais fixos e temporários. Os alimentos necessários para abastecer a população rural e urbana são importados de outras regiões, em grande parte pela Ceasa de Salvador, ou direto das Ceasas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Como um dos resultados da crise social e econômica que se abateu sobre o território nos anos 1980, a política nacional de reforma agrária possibilitou o acesso a terra, lavoura e equipamentos a um grande número de famílias. Porém, os lotes individuais não produzem mais o volume de commodities em escala necessária para a manutenção e reprodução social dessas famílias. Durante os anos de queda do preço do cacau no mercado internacional, a produção não tem sido suficiente sequer para garantir a compra de alimentos necessários ao cotidiano dessas famílias.

A viabilização econômica dos lotes individuais depende da diversificação da renda familiar e da identificação de novas formas de acesso ao mercado de maneira mais justa para os produtores familiares, detentores de baixo poder de negociação frente aos intermediários e às corporações que controlam as cadeias produtivas. Na fase inicial do programa a CARE Brasil apoiou uma iniciativa-piloto de implantação de lavouras de produção orgânica de mamão para venda à rede hoteleira durante o verão. Do ponto de vista técnico e financeiro, obteve êxito; mas falhou na continuidade, devido à baixa capacidade gerencial das comunidades envolvidas. Baseado nesse aprendizado, o trabalho da equipe da CARE Brasil passou a incorporar, além da assistência técnica e apoio organizacional, um componente de empreendedorismo e análise de mercado.

A contribuição da CARE Brasil

O enfoque da CARE Brasil priorizou dois componentes simultâneos na promoção de comércio justo. Primeiro: O estímulo para a produção local de alimentos orgânicos, com o objetivo de ampliar a segurança alimentar das famílias produtoras da região e também das famílias consumidoras, nos centros urbanos. A prioridade na produção orgânica se deu não apenas pela busca da redução dos custos de produção e da promoção da saúde pública, como também pela preocupação com o risco de contaminação dos recursos hídricos no território. Segundo: apoiou a experiência-piloto de instalação de um hortão orgânico na área urbana do município de Una, implantado em parceria com a Ceplac - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, com o intuito de possibilitar a autonomia alimentar da Associação Casa da Criança Menino Jesus que, nesse município, atende 200 crianças em situação de extrema vulnerabilidade.

A partir do êxito desse aprendizado, apoiou-se o processo de instalação de 32 hortas orgânicas nos assentamentos Dandara dos Palmares, Zumbi dos Palmares e Terra de Santa Cruz. Atualmente, essas hortas produzem alimento para mais de 150 famílias e abastecem as feiras municipais de Camamu, Santa Luzia e Ilhéus.

Com o objetivo de oferecer outros canais adicionais de comercialização para as verduras e legumes, foi articulado o acesso das famílias dos assentamentos ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, política pública federal coordenada pela Conab que integra o Programa Fome Zero. Por meio do PAA, os alimentos produzidos pelas famílias do território são fornecidos para a merenda escolar nos municípios de Ilhéus, Uruçuca, Santa Luzia, Camamu, Camacã e Una. Foi também realizado e entregue aos assentados um estudo de mercado sobre o potencial de

fornecimento de produtos dos assentamentos como ovo caipira, chocolate caseiro e achocolatado à rede hoteleira de Ilhéus.

Em articulação com ONGs e Prefeituras, os grupos gestores das hortas orgânicas também articularam a comercialização de frutas e hortaliças nas feiras agroecológicas de Santa Luzia, Camamu, Camacã e Itacaré.

Ao mesmo tempo, foram apoiadas iniciativas de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, para que esses produtores possam acessar nichos de comercialização que permitam maior remuneração da mão-de-obra. Devido a isso, foi viabilizada a certificação orgânica da produção familiar de guaraná, no assentamento Zumbi dos Palmares, e do cacau, nos assentamentos de Dom Helder, Terra de Santa Cruz e Zumbi dos Palmares.

Resultados gerados

Ampliação da segurança alimentar das famílias produtoras e consumidoras do território, redução da importação de alimentos de outros territórios, ingresso adicional na renda familiar para mais de 100 pessoas em três assentamentos.

Síntese dos resultados	
Municípios de Camamu e Santa Luzia	32 hortas implantadas. 30 famílias envolvidas nos assentamentos. 10 toneladas de produção mensal de produtos dos assentamentos Terra de Santa Cruz, Zumbi e Dandara. R\$ 370/família, renda mensal média adicional com a comercialização. R\$ 133.000/ano de ingresso adicional nos assentamentos Terra de Santa Cruz, Zumbi e Dandara. Atendimento das feiras agroecológicas de Camamu, Santa Luzia e Camacam.
Assentamento Zumbi dos Palmares	40 famílias beneficiadas. 40 hectares de guaraná certificado pelo IBD. 15 hectares de cacau certificado pelo IBD. 30 hectares de frutas e hortas orgânicas implantados.
Assentamento Dandara	20 famílias beneficiadas. 15 hectares de cacau certificado pelo IBD. 10 hectares de frutíferas e hortas certificadas pelo IBD.

Feira Orgânica de Camamu



Dimensão do desenvolvimento local: Fluxos econômicos locais dinâmicos.

Ação:

Diversificação da renda familiar em assentamentos de reforma agrária, com introdução de criação semi-intensiva de pequenos animais.

O contexto

Na tradição da cultura local, a produção e a comercialização da amêndoa do cacau são as principais atividades econômicas privilegiadas em todos os debates, análises e ações de política pública. Essa herança dos tempos do coronelismo dificulta a aceitação por parte de muitos atores locais de que a agricultura familiar frequentemente não alcança a escala e a qualidade da produção de cacau necessárias para viabilizar a reprodução social da família. A cadeia produtiva do cacau não é suficiente para viabilizar a agricultura familiar no território.

Imperativo, portanto, é a busca pela diversificação da produção familiar, para alcançar os mais diferentes mercados com variedade de produtos, a redução dos riscos e a diminuição da dependência das famílias do mecanismo de definição do preço do cacau, hoje, fora de sua governabilidade.

No seu lote de terra, a família dispõe, entre outros fatores, da oportunidade de multicultivos, de sistemas agroflorestais, bem como da criação de pequenos animais que podem incrementar a renda familiar e ampliar sua capacidade de resistir tanto a choques de preços como a eventos naturais extremos.

A criação de aves nos lotes familiares constitui, particularmente, uma tradição cultural. Realizada num patamar tecnológico muito baixo, com uso mínimo de insumos e tecnologia, expõe a criação a altas perdas por motivo de doenças ou ataque de animais silvestres; mesmo assim é responsável por uma produção mínima de ovos e aves. Esse sistema de criação extensiva, quase extrativista, de pequenos animais soltos na mata, não viabiliza a regularidade e a qualidade da produção, necessárias para o acesso ao mercado local.

A contribuição da CARE Brasil

Conhecido como de natureza caipira, esse sistema de produção representa um patamar de criação semi-intensivo de aves. Adaptado à realidade local, possibilita reduzir ao mínimo os custos e os riscos, ao mesmo tempo em que se vale de tecnologias adaptadas e suficientes para garantir regularidade e qualidade na produção de proteína animal, na forma de aves e ovos para consumo próprio e comercialização.

Na fase inicial do programa, no assentamento Terra de Santa Cruz, no município de Santa Luzia, foi assessorada a introdução do manejo de galinha em sistema semi-intensivo, baseada em diversas experiências de sucesso realizadas em comunidades vulneráveis.

Essa iniciativa na criação de pequenos animais foi direcionada aos jovens, para propiciar o uso eficaz da sua própria mão-de-obra e a geração de valor em pequena área. Os objetivos desse trabalho foram aumentar a autoestima dos jovens, contribuir para a segurança alimentar, gerar excedentes para o mercado e produzir adubo orgânico para as hortas.

A CARE Brasil subsidiou a implantação do galinheiro rústico, a compra do primeiro lote de pintos e o custo inicial da ração. Forneceu ainda a assistência técnica e está apoiando o acesso ao mercado.

Resultados gerados

Síntese dos resultados
370 aves de postura criadas desde o primeiro dia em sistema semi-intensivo, mesclando o consumo de ração comercial com restos de biomassa.
Média mensal de 375 dúzias de ovos produzidos, suficientes para comercialização em três municípios.
R\$ 3,50/dúzia, preço médio de comercialização local, gerando cerca de R\$ 16.000/ano de ingresso adicional no assentamento.
Acesso ao programa PAA da Conab, para abastecimento do mercado institucional no município de Santa Luzia.
Quatro assentamentos de reforma agrária, onde moram alguns dos professores da rede pública, envolvidos no processo.
26 pessoas envolvidas na produção e gestão, 10 mulheres e 16 jovens do assentamento.
Estímulo à participação proativa das mulheres em atividade de renda própria e redução da dependência do modelo do cacau.

O principal impacto dessa iniciativa reside na validação da tecnologia social, ao demonstrar que é possível gerar renda de modo contínuo e com valor agregado significativo, mesmo para comunidades vulneráveis. Tal iniciativa auxilia a viabilização econômica dos assentamentos de reforma agrária. Além disso, ao serem replicadas por outros empreendedores da mesma área, iniciativas desse tipo, contribuem para a dinamização da economia local ao produzir alimentos na própria comunidade, substituindo assim a importação de produtos de outros territórios e mantendo o próprio capital circulando na economia local.

Manejo das aves



Dimensão do desenvolvimento local: Fluxos econômicos locais dinâmicos.

Ação:

Inclusão bancária e acesso a microfinanças em territórios remotos.

O contexto

Dado o elevado grau de concentração do sistema financeiro, estima-se que 40 a 60% da população economicamente ativa não tenha acesso aos serviços básicos como conta corrente, talão de cheques e poupança. A exclusão bancária se mostra mais grave nos territórios remotos, tais como periferias urbanas ou localidades rurais, onde a ausência de agências bancárias não apenas impede fisicamente o acesso aos serviços financeiros básicos como dificulta o manuseio cotidiano de dinheiro vivo, contas a pagar e receber, transferência, etc.

A concentração das agências bancárias nos poucos núcleos urbanos do território obriga toda população que vive mais distante, a investir mensalmente tempo e recursos na compra de passagens, nos deslocamentos para pagamento de boletos, recebimento de benefícios e acesso a serviços financeiros. A expansão dos correspondentes bancários possibilitou o aumento da quantidade de agências bancárias, mas devido a razões de segurança e de viabilidade financeira, muitos correspondentes bancários estão localizados nos núcleos urbanos, existindo ainda regiões onde o acesso ao sistema financeiro envolve gasto de tempo, custos adicionais e muita paciência.

A contribuição da CARE Brasil

A primeira iniciativa da CARE Brasil para estimular a inclusão bancária foi estabelecer uma parceria com o Banco do Povo de Itabuna, com o objetivo de testar um fundo de microcrédito focado nos pequenos empreendimentos de famílias afro-descendentes. Inicialmente, esse fundo deveria possibilitar a diversificação da renda das famílias do bairro Porto de Trás, na cidade de Itacaré. A equipe do Banco do Povo realizou um levantamento das ideias dos empreendedores e a CARE Brasil facilitou a capacitação em plano de negócios.

Devido à dificuldade para fornecer o microcrédito usando a metodologia do grupo de aval solidário em Itacaré, a área de atuação do fundo foi ampliada para municípios vizinhos, passando a funcionar no apoio a pequenos empreendedores. Contudo, pelas restrições impostas às instituições de microcrédito, não foi possível oferecer outros serviços de microfinanças.

A CARE Brasil iniciou novo teste, dessa vez em parceria com o Banco do Brasil. Foi celebrado contrato de correspondente bancário do Banco Popular, e estabelecido um banco comunitário em parceria com diversos atores locais.

Com isso, foi possível oferecer serviços de microfinanças em áreas até então desprovidas de serviços financeiros.

Resultados gerados

Ampliação e diversificação da oferta de serviços de microfinanças no território por meio da parceria com o Banco do Povo de Itabuna, como também pela instalação de um Banco Comunitário no município de Uruçuca.

Síntese dos resultados
Doação de um fundo-piloto de R\$ 20.000,00, administrado pelo Banco do Povo de Itabuna, para a realização de microcrédito junto a empreendedores afro-descendentes.
Instalação de um banco comunitário no distrito rural de Serra Grande, município de Uruçuca, em parceria com a Prefeitura e o Instituto Floresta Viva.
R\$ 3,50/dúzia, preço médio de comercialização local, gerando cerca de R\$ 16.000/ano de ingresso adicional no assentamento.

Banco Comunitário



Dimensão do desenvolvimento local: Mobilização social.

Ação:

Informação e sensibilização de lideranças comunitárias quanto ao pagamento por serviços ambientais e mercado.

O Contexto

Em 1997, durante as negociações globais de mudança do clima, o Brasil apresentou a proposta de que os países industrializados financiariam projetos de redução das emissões de gases de efeito estufa em países em desenvolvimento. A proposta foi aceita com o nome de MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, e integrou o acordo firmado naquele ano, conhecido como Protocolo de Quioto.

Desde então o Brasil tem mantido o pioneirismo e a liderança nesse tema. Em 1999, foi criada a CIMGC – Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que regula a implantação de projetos MDL no país. Já em 2004, um ano antes de o Protocolo de Quioto entrar em vigor, a CIMGC registrou o primeiro projeto de carbono do mundo junto às Nações Unidas. Em 2008 foi registrado no Brasil o primeiro projeto programático de MDL do mundo.

O Brasil, portanto, figura entre os países com o maior número de projetos MDL no mundo, atrás apenas da China e da Índia. As informações a respeito desses projetos MDL, entretanto, ainda são escassas, pois a maior parte deles está concentrada no Sul e Sudeste do país e as poucas empresas que os implementam não promovem a devida transparência sobre os mesmos.

Por se tratar de um mecanismo recente de pagamento por serviços ambientais, o MDL ainda é pouco conhecido pelas organizações comunitárias e movimentos sociais; apesar do amplo potencial que esse tipo de projeto possui no bioma da Mata Atlântica, em especial na modalidade de preservação da mata em pé, ou na recuperação da mata nativa.

A CARE Internacional integra a organização CCBA – Aliança do Clima, Comunidade e Biodiversidade, que busca promover a integração de parâmetros sociais e de desenvolvimento humano nos projetos do mercado de carbono. No Brasil, um enfoque correlato é o Carbono Social, desenvolvido pela empresa Social Carbon e a ONG Instituto Ecológico nos anos 1990, também com o objetivo de promover a inclusão de ações de promoção do desenvolvimento local em projetos de carbono, em especial projetos com componente florestal.

A contribuição da CARE Brasil

A CARE Brasil firmou uma parceria com a ONG Instituto Ecológico, com sede em Palmas/TO, para um processo de sensibilização e informação de lideranças comunitárias, técnicos de ONGs e militantes de movimentos sociais na Costa do Cacau. O processo envolveu informações sobre as mudanças climáticas, o crescente mercado de carbono, as oportunidades para a região e a necessidade da existência de um componente social nesse tipo de projeto.

A capacitação foi realizada durante doze meses, envolvendo dois módulos de quatro dias cada, para um conjunto de 35 organizações convidadas no território da Costa do Cacau. Tendo em vista a novidade do tema, esse processo possibilitou, além da simples capacitação, a sistematização de dúvidas e questionamentos por parte das organizações locais quanto ao mercado de carbono em geral, e aos projetos MDL em particular.

Nesse processo foram envolvidos ainda os assentamentos Dom Helder, Terra de Santa Cruz, Dandara dos Palmares, Zumbi dos Palmares e Terra Vista, buscando possibilitar às famílias assentadas uma análise e um debate mais qualificado sobre as ações de adaptação em mitigação das mudanças climáticas.

Resultados gerados

Síntese dos resultados

72 horas de informação e capacitação oferecidas às lideranças sociais e aos formadores de opinião, em dois módulos realizados durante doze meses.
Material didático sobre MDL e documentos distribuídos aos participantes, para difusão no território.

Um exercício-piloto de aplicação do método Carbono Social, envolvendo 50 famílias e realizado com ampla divulgação local.

12 lideranças comunitárias, representando quatro assentamentos, participaram ativamente do debate e da internalização das informações sobre mudanças climáticas e MDL no território.

Organizações parceiras participantes:

IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia,
Instituto Floresta Viva,
Instituto Cabruca,
Instituto Uiraçu.

Representantes das seguintes instituições:

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz,
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente,
INGA – Instituto Estadual de Gestão das Águas e Clima,
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.



Curso sobre a lei da Mata Atlântica

Dimensão do desenvolvimento local: Mobilização social.

Ação:

Apoio ao processo de formação de juristas leigos com componente de justiça ambiental.

O Contexto

A histórica precariedade dos serviços de educação pública na Costa do Cacau, materializada nas altas taxas de analfabetismo entre os adultos e na incidência do analfabetismo funcional na população em geral, reduzem o acesso à justiça, um dos principais mecanismos de fomento à cidadania e à inclusão social. Os procedimentos judiciais feitos para garantir a proteção dos direitos individuais e coletivos, além de burocratizados, pertencem à cultura escrita, são caros no seu manuseio e estão distantes da realidade social.

Não bastasse essa realidade da exclusão jurídica da maioria da população, o sistema de ensino público e a mídia pouco contribuem para o conhecimento do cidadão a respeito dos seus direitos, dos seus mecanismos de efetivação, o que acaba restringindo o controle social sobre a justiça na Costa do Cacau.

Iniciativas de educação popular destinadas a democratizar o acesso ao conhecimento que permita ao indivíduo e às comunidades a proteção ativa de seus direitos vêm preenchendo essa lacuna na formação e informação dos grupos vulneráveis da sociedade. A educação popular tem como pressuposto o trabalho de apoio à conscientização, agregada e articulada ao processo organizativo dos grupos vulneráveis.

Um programa de formação jurídica popular deve socializar o saber de acesso aos operadores da justiça, traduzindo em linguagem coloquial os princípios e as normas básicas que permitem a ação das lideranças quando da busca à defesa dos direitos coletivos, nas áreas do direito civil, criminal ou ambiental.

A contribuição da CARE Brasil

Na fase inicial do Prosulba, a equipe da CARE Brasil engajou-se ativamente na implementação regional da campanha “Quem não deve, não teme”, lançada na esfera estadual por uma aliança de organizações sociais da Bahia. O objetivo da campanha era sensibilizar e informar a opinião pública para o direito expresso na Constituição de que, no período de abril a maio de cada ano, o contribuinte deve ter acesso às contas da administração municipal referentes ao exercício do ano anterior. Assim, o cidadão exerce o seu direito de controle social sobre as políticas públicas locais.

Essa experiência contribuiu para um projeto de aprendizado pela CARE Brasil, gerando a publicação intitulada “De morador a cidadão”, sistematizando sete experiências correlatas de promoção da participação popular e do controle social no Nordeste.

Tendo em vista a reação adversa de muitas prefeituras à campanha “Quem não deve, não teme”, além da limitada ressonância junto ao Ministério Público, a CARE Brasil identificou como fator limitante para a sustentabilidade no território a ausência de informação do cidadão sobre a justiça. Essa limitação acontece na medida em que muitas iniciativas de proteção à Mata Atlântica, proteção e remuneração pela produção de serviços ambientais, bem como a gestão dos recursos hídricos em especial, dependem do conhecimento da legislação e do acesso aos operadores da justiça.

A CARE Brasil firmou parceria com a AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia, com o objetivo de realizar o Curso para Juristas Leigos no território da Costa do Cacau. Inicialmente foi realizado um processo de informação e mobilização nas comunidades envolvidas com o Prosulba, para cadastramento dos interessados no curso. Por causa da forte demanda que extrapolava o número de vagas previsto, foi necessário realizar um processo de seleção prévia por meio da definição de um perfil dos candidatos. Juntas, a CARE Brasil e a AATR selecionaram 35 lideranças comunitárias.

Ao longo de 24 meses foram realizados oito módulos presenciais de formação básica, com duração de três dias cada, nas várias modalidades do direito, incluindo direito ambiental. Além disso, foram realizados estágios de vivência em órgãos públicos dos respectivos municípios.

Resultados gerados

O processo de formação se deu mediante o custeio de viagens, deslocamentos, hospedagens e diárias pela CARE Brasil. A AATR elaborou o conteúdo e o programa de trabalho, mobilizando entre seus associados os advogados e juristas que, voluntariamente, ministraram os módulos.

Síntese dos resultados
Oito módulos de formação de multiplicadores para acesso à justiça na Costa do Cacao, realizados em 48 meses.
35 lideranças comunitárias e formadores de opinião, sensibilizados e informados sobre as diferentes modalidades do direito.
14 municípios com representantes envolvidos: Ilhéus, Itacaré, Itabuna, Jussari, Una, Coaraci, Itajuípe, Camamu, Ibirapitanga, Camacan, Gongogi, Olivença, Salvador e Uruçuca.
Um manual do curso de juristas leigos, publicado em parceria com a AATR e divulgado no território.



Curso para juristas leigos

Dimensão do desenvolvimento local: Mobilização social.

Ação:

Participação ativa no Diálogo do Cacau para uma cadeia produtiva mais sustentável.

O Contexto

A região comporta uma série de atores da cadeia produtiva do cacau, além dos produtores, também as indústrias processadoras. A capacidade instalada da indústria para processamento da amêndoa do cacau é da ordem de 250.000 toneladas/ano, porém, para o ano de 2009 estima-se o processamento de apenas 100.000 toneladas. Além de uma pesada dívida social e do processo de empobrecimento da população, a capacidade ociosa da indústria demonstra o baixo grau de sustentabilidade da cadeia produtiva cacauífera.

Dentro desse contexto, nasceu a proposta da soma dos esforços de todos os atores envolvidos na adaptação e qualificação da cadeia de valor do cacau, sob o nome "Diálogo do Cacau". Mais de 60 organizações sociais, públicas e privadas participaram, ao longo de 2009, de uma sequência de oficinas e debates, reunindo em cada evento de 50 a 70 pessoas em diferentes estágios de análise. O objetivo era estabelecer uma agenda positiva para o futuro sustentável da cadeia do cacau.

A meta desse processo de articulação social foi definida como:

Valorizar o sistema cabruca e a conservação da Mata Atlântica, promovendo a sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural da região cacauífera.

A partir dos debates iniciais que envolveram movimentos sociais, empresas, ONGs, sindicatos, associações de classe, cooperativas, órgãos públicos e universidades, entre outros atores, foram definidos cinco grupos de trabalho para detalhar os temas considerados prioritários:

- Pesquisa, desenvolvimento e inovação produtiva;
- Pagamento por serviços ambientais na Mata Atlântica;
- Acesso ao mercado e melhoria da comercialização;
- Promoção de boa governança;
- Políticas públicas adequadas ao território.

A CARE Brasil integrou os Grupos de Trabalho de Governança e Serviços Ambientais.

A contribuição da CARE Brasil

A CARE Brasil integra, como uma das poucas ONGs sociais, a coordenação geral do processo Diálogo do Cacau e vem participando ativamente dos seus grupos de trabalho. Em 2009 foram repassados recursos para contribuir para a criação e estruturação da Secretaria Executiva do Diálogo do Cacau.

No âmbito do Grupo de Trabalho Serviços Ambientais, a CARE Brasil contribuiu financeiramente para a realização de um seminário que contou com 145 participantes, seguido de uma oficina técnica com 30 participantes, para introduzir o tema do pagamento dos serviços ambientais na agenda do Diálogo do Cacau.

Com esse envolvimento, o Diálogo do Cacau inclui em suas prioridades a realização de um projeto-piloto, a ser realizado na bacia do rio Santana, que abastece parte da cidade de Ilhéus, destinado ao pagamento por serviços ambientais com foco na produção de água potável.

Resultados gerados

Síntese dos resultados
Inclusão de uma agenda social no Diálogo do Cacau, qualificando o debate sobre a cadeia produtiva.
Promoção do tema pagamento por serviços ambientais como elemento inovador de diversificação da renda familiar no meio rural.
Difusão do conhecimento técnico e experiências da CARE Brasil para demais atores do território.
Participação ativa na manutenção da Secretaria Executiva no estabelecimento da agenda de debates.
Consolidação da CARE Brasil como ator ativo no território, e agente confiável e respeitável para o diálogo com a iniciativa privada e os setores públicos.
Seleção da bacia hidrográfica do rio Santana para implantação de projeto-piloto de pagamento por serviços ambientais para agricultores familiares, por meio de acesso a fundos públicos.
Participação ativa na sistematização das discussões sobre a minuta do PL 4.995/2009 para o sistema Cabruca.
Construção de uma proposta de programa para aumento da produtividade, melhoria da qualidade e agregação de valor para o cacau, envolvendo produtores, ONGs, movimentos sociais, órgãos públicos e empresas.

A CARE Brasil, dessa forma, contribui ativamente para a inclusão da agenda social no debate sobre o futuro da região. Agenda esta até então marcada principalmente pela questão ambiental e pela nova legislação da Mata Atlântica.



I Diálogo do Cacau

O objetivo do evento é estabelecer a estrutura de funcionamento do Diálogo do Cacau e definir temas prioritários para o desenvolvimento de ações de valorização e conservação do sistema Cabruca/Cacau na Mata Atlântica.

<p>Local Hotel Aldeia da Praia Endereço: Praia do Sul, Km 04, S/N, Ilhéus/BA. Telefone: (73) 3234-8000</p>	<p>Data Dia 26 e 27 de novembro de 2008</p> <p>Contato Adriana Reis - dricadn@yahoo.com.br</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>26/11 - quarta-feira</p> <p>8:00h Recepção (café da manhã). 9:00h Abertura: - Apresentação dos Participantes. - Objetivo do Evento. - Resultados Esperados. - Agenda. 10:00h Introdução ao Diálogo do Cacau - Durval Mello (Instituto Cabruca) Coffee break. 10:40h Construção da Missão do Diálogo. 11:00h Almoço. 12:00h Organização de Temas Prioritários para o Diálogo (Grupos Temáticos). 13:30h Coffee break. 15:30h Continuação. 16:00h Encerramento do 1º dia. 18:00h</p>	<p>27/11 - quinta-feira</p> <p>8:00h Apresentação dos Resultados dos Grupos Temáticos. Coffee break. 10:30h Continuação. 11:00h Almoço. 12:00h Definição da Estrutura de Funcionamento do Diálogo do Cacau. 13:30h Coffee break. 15:30h Próximos passos. 16:00h Encerramento. 17:00h</p> <p>* Moderação: Nira Fialho (The Nature Conservancy - TNC)</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Realização



Dimensão do desenvolvimento local: Gestão pública inovadora.

Ação:

Informação e sensibilização de gestores e servidores públicos na legislação da Mata Atlântica.

O Contexto

Segundo mapeamento realizado em 2008 pelo LERF – Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Universidade de São Paulo, o litoral sul da Bahia está inserido no bioma Mata Atlântica com um mosaico de remanescentes conhecido como Corredor Central. O Corredor Central compreende na Bahia uma área total de 19 milhões de hectares, sendo 3,5 milhões de hectares de vegetação nativa e 2 milhões de hectares de áreas potenciais para a restauração florestal.

Devido à relevância do bioma Mata Atlântica, sob o ponto de vista ambiental, em especial a produção de água potável para larga parcela da população da Bahia, sua restauração e preservação tem grande importância para a saúde pública, a economia e a capacidade de adaptação da sociedade às mudanças climáticas.

A nova legislação da Mata Atlântica tramitou por mais de uma década no Congresso, tendo sido aprovada mediante a lei Nº. 11.428 de 22 de dezembro de 2006. O processo de regulamentação ainda está em curso. Esse novo marco legal condiciona os limitantes da gestão e manuseio pelos produtores rurais da Mata Atlântica, mas ainda gera diversas dúvidas quanto à sua aplicação prática. Por isso o Ministério Público do Estado da Bahia criou, ainda em 2005, o NUMA – Núcleo Mata Atlântica.

O NUMA é constituído como um grupo especial de atuação, formado por mais de 70 promotorias de justiça distribuídas em seis coordenações regionais pelo litoral da Bahia. Dessa forma, o Ministério Público procura superar a atuação reativa e pontual, marcada por denúncias de infrações contra a Mata Atlântica, e possibilitar o diálogo com a sociedade e uma atuação proativa na defesa desse bioma.

A contribuição da CARE Brasil

A CARE Brasil integra, como uma das poucas ONGs sociais, a coordenação geral do processo A CARE Brasil integra o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, e participa do esforço para sensibilizar e informar os gestores públicos sobre as implicações da nova legislação e sua correta aplicação junto às comunidades rurais.

Em parceria com o IESB – Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia e o NUMA, foi realizada uma sequência de quatro seminários de um dia cada, em diferentes municípios, abrindo à opinião pública o debate sobre a nova legislação. Participaram desse processo mais de 50 lideranças comunitárias e formadores de opinião, entre promotores de justiça, juizes, técnicos de ONGs, diretores de sindicatos, líderes de movimentos sociais e representantes de órgãos públicos. Os eventos receberam ampla divulgação na mídia regional.

Resultados gerados

Ao longo de vários meses, os formadores de opinião e gestores públicos da Costa do Cacau, tiveram acesso direto e qualificado às inovações da legislação da Mata Atlântica, proporcionado por um conjunto de organizações locais e referendado pelo Ministério Público.

Síntese dos resultados

Quatro eventos de formação de um dia cada, com participação de mais de 40 representantes de organizações como IBAMA, Polícia Ambiental, Ministério Público Estadual e Federal, Instituto Estadual do Meio Ambiente, Instituto Estadual de Água, ONGs diversas. Seis promotores públicos palestraram e tiraram dúvidas.

Quatro matérias divulgadas na imprensa.

Órgãos públicos responsáveis pelo monitoramento e licenciamento ambiental construíram uma visão de orientação/formação quanto às formas adequadas de uso dos recursos naturais na Costa do Cacau.

Avanço na implementação da nova Lei da Mata Atlântica.

Avanço na discussão e implementação da Lei Estadual do Meio Ambiente, sobretudo no tema relacionado à Cabruca.

Apoio ao longo de vários anos do Grupo de Trabalho do Ministério Público de Ilhéus sobre averbação de reserva legal e conservação de áreas de preservação permanente.

Professores de educação ambiental



Síntese dos impactos

A Costa do Cacau integra o Território da Cidadania Litoral Sul – BA, do Governo Federal, que engloba 78 ações de 12 ministérios com um orçamento de R\$ 513,7 milhões a serem investidos ao longo de 2009. Esse orçamento engloba, entre outros itens, a concessão do Bolsa Família a 93.000 famílias, e o Programa de Atenção Integral que beneficia outras 95.000 famílias. O PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atende 55.000 crianças.

Mesmo apresentando impactos sociais altamente positivos, as limitações desse esforço ficam mais claras frente ao fato de que nesse território, em 2009, de um total de 13.500 agricultores familiares, com mais de 2.300 famílias assentadas, foram acessados apenas 4.000 financiamentos do PRONAF. O território sofre de uma baixa capacidade organizacional mesmo para acessar políticas públicas já existentes.

A CARE Brasil vem contribuindo ativamente nos processos de desenvolvimento local no território da Costa do Cacau. Iniciou seu trabalho, em 2002, com o enfoque de tornar mais justa e sustentável a cadeia produtiva do cacau. O enfoque era inovador e acabou sendo abraçado pelas demais organizações, sociais, privadas e públicas, apenas em 2008 com o Diálogo do Cacau. Ao longo dos anos foram introduzidas e validadas pela CARE Brasil diversas tecnologias sociais que contribuem para o empoderamento das famílias e das comunidades:

- Um conjunto de 930 pessoas, prioritariamente mulheres e jovens agricultores familiares afro-descendentes, tiveram apoio na melhoria de seus indicadores de qualidade de vida por meio de ações diversas.
- Assessoria à melhoria da segurança alimentar e segurança hídrica na agricultura familiar, como elementos centrais da capacidade de adaptação das comunidades rurais à economia e ao clima.
- Introdução e teste de um modelo para adequação participativa de propriedades da agricultura familiar à legislação ambiental, mediante a recuperação de 50 hectares de mata ciliar com espécies nativas e proteção de recursos hídricos.
- Diversificação das fontes de renda na agricultura familiar, com foco em jovens e mulheres, com a finalidade de consolidar economicamente assentamentos de reforma agrária e permitir acesso a serviços de microfinanças.
- Divulgação de informação e sensibilização de lideranças comunitárias e formadores de opinião quanto aos temas da justiça ambiental, das mudanças climáticas e do mercado de carbono.
- Apoio e envolvimento ativo nos processos regionais de mobilização social quanto aos temas da sustentabilidade, seja no debate público quanto à nova Lei da Mata Atlântica, ou quanto ao Diálogo do Cacau, articulando-se com cerca de 30 organizações locais, entre empresas, ONGs, movimentos sociais e órgãos públicos municipais e estaduais.

A contribuição da CARE Brasil aos processos de desenvolvimento local esteve focada no envolvimento com alguns dos grupos mais vulneráveis do território. As experiências aqui sistematizadas podem ser agora reproduzidas pelas próprias comunidades atendidas, ou ampliadas e difundidas pelas políticas públicas existentes na Costa do Cacau.

De acordo com a definição dos ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, utilizada pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República¹ e o projeto 'Nós podemos, Paraná'², o Programa Sul da Bahia contribuiu para os objetivos:

¹ Agenda de Compromissos Governo Federal e Municípios 2009-2012. Subchefia de Assuntos Federativos.

Disponível no site: www.portalfederativo.gov.br

² Nós podemos, Paraná. Acessível: www.orbis.org.br

ODM	METAS	BOAS PRÁTICAS
 <p>ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA</p>	<p>Reduzir pela metade, até 2015, a proporção com renda abaixo da linha da pobreza.</p> <p>Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome.</p>	<p>Organizar capacitação para agricultores familiares. Identificar vocações e formular propostas para geração de renda.</p> <p>Apoiar projetos que viabilizem produção de alimentos.</p>
 <p>EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS</p>	<p>Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino fundamental.</p>	<p>Garantir a plena alfabetização de toda criança até os 8 anos.</p> <p>Garantir a conclusão do ensino médio a todos os jovens.</p> <p>Exigir dos gestores públicos um compromisso com essas metas.</p>
 <p>IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER</p>	<p>Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2015.</p>	<p>Incentivar a discussão referente a gênero, direitos humanos, sexuais e reprodutivos.</p> <p>Organizar qualificação profissional para mulheres. Articular uma rede de proteção contra atos de violência à mulher.</p>
 <p>QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE</p>	<p>Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos naturais até 2015.</p>	<p>Reduzir, reutilizar e reciclar. Formar grupos de voluntários.</p> <p>Promover programas de formação em educação ambiental para professores e alunos.</p>
 <p>TUDO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO</p>	<p>Estabelecer parcerias entre Governo Federal, Estados e Municípios.</p> <p>Estabelecer parcerias entre setor público, iniciativa privada e organizações sociais.</p>	<p>Manter uma postura de anticorrupção.</p> <p>Ter atitude em prol de uma sociedade melhor.</p> <p>Pesquisar os programas do governo e informar a comunidade.</p>

Fonte: adaptado do caderno "Nós podemos, Paraná", disponível em: www.orbis.org.br

Doadores

As seguintes organizações contribuíram diretamente para viabilizar o trabalho da CARE Brasil no programa PROSULBA com doações em períodos que vão do final de 2006 ao início de 2010:

Doador	Período	Valor
Kraft Foods do Brasil SA	Out/2006 a Set/2010	R\$ 750.742
Peierls Foundation	Abr/2007 a Mar/2010	R\$ 288.894
Joseph Ellis	Mai/2007 a Mai/2008	R\$ 94.538
Weyerheuser Company Foundation	Abr/2007 a Mar/2010	R\$ 525.844
Cargill Foundation*	Out/2008 a Set/2009	R\$ 499.250
	Total	R\$ 2.159.268

(*) A doação cobre cinco anos, foi considerado aqui apenas o Ano I.

Distribuição do uso dos recursos:

Destinação	Valor
Aplicação para custeio das atividades junto às comunidades	R\$ 1.971.135
Taxa administrativa incluída pelos doadores no valor do projeto	R\$ 188.133
Contrapartida para taxa administrativa por parte da CARE Brasil	R\$ 537.105
Total de recursos aplicados no período	R\$ 2.696.373

Notas explicativas:

- i) Como as doações foram recebidas em moeda estrangeira, a conversão correu ao câmbio do ano.
- ii) O risco cambial foi assumido pela CARE Brasil
- iii) A taxa de administração compreende o valor que cobre os custos de coordenação e supervisão do programa pela sede da CARE Brasil em São Paulo.
- iv) Contrapartida da CARE Brasil são recursos obtidos de outros doadores, pessoas físicas, outras empresas e outras CARE, que cobrem os custos de supervisão e administração pela sede da CARE Brasil.
- v) A contabilidade da CARE Brasil passa por três fases de auditoria. A auditoria interna, realizada por contador e economista contratados na sede. A auditoria externa, realizada pela CARE USA, mediante acompanhamento mensal dos gastos e empenhos da CARE Brasil. A auditoria externa, realizada pela empresa Ernst & Young, em São Paulo.

Referências bibliográficas

BAPNA, M.; MCGRAY, H.; MOCK, G.; WITNEY, L. Enabling adaptation: priorities for supporting the rural poor in a changing climate. Washington: WRI, 2009.

CEDEPLAR/UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Migração e saúde: cenários para o Nordeste brasileiro, 2000-2050. Belo Horizonte, 2008

CHAGAS, C.; MARQUES, F. Novo índice avalia relações entre clima e saúde. Rio de Janeiro: Revista de Manguinhos, p. 18-22, abr. 2007

EMBRAPA; UNICAMP. Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil. Campinas, 2008

IPEA. PNAD 2008: Primeiras análises – o setor rural. Comunicado do IPEA 42. Março 2010.

MARENGO, J. Água e mudanças climáticas. Revista Estudos Avançados, v. 22, n. 63, 2008. Disponível em : www.scielo.br

MARENGO, J. Possíveis impactos da mudança do clima no Nordeste. Blog: www.cidadedosaber.org.br em 27/05/2009

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sumário técnico: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do Século XXI. São Paulo/Rio de Janeiro, 2007